



Cattete Pinheiro, a favor



Ruy Santos, contra

Desde 1970 DF pede a autonomia política

A idéia de se criar uma representação política para o Distrito Federal começou a ganhar corpo no inicio de 1970, quando a população da capital passou a exceder os 500 mil habitantes para os quais foi planejada. Esse excesso populacional veio impor à cidade uma série de problemas comuns aos grandes centros, sem que nenhuma voz ativa ousasse apontá-los ao Governo do Distrito Federal, então preocupado com a construção de obras faraônicas, que nada dizem à grande parcela da população.

Em 1976, o assunto voltou à tona, desta vez através da Associação Comercial do Distrito Federal, que, em meados de julho, confirmou sua intenção de fazer uma campanha popular em prol de uma Assembléia Legislativa ou uma Câmara de Vereadores para Brasília. Como motivos, a ACDF alegou que "a população brasiliense se ressentia da falta de lideranças políticas e apela constantemente, para as entidades de classe, na defesa dos seus interesses. Acentuava, ainda, que "a representação política dará, de direito e de fato, aos representantes eleitos, a condição básica para reivindicar e dialogar em pé de igualdade, com as autoridades constituidas aliviando, consequentemente as entidades classistas do pesado ônus, que no momento, lhes custam essas reivindicações".

INCREDULIDADE

A partir daí foram mobilizados diversos setores da comunidade, prenunciando um amplo debate sobre o tema, que, já, então, se apresentava polêmico. Em princípio, houve uma repulsa generalizada à idéia de uma simples Câmara de Vereadores. Mas, através de enquetes realizadas juntas à diversas camadas da população, chegou-se a um consenso de que "não é justo que sejamos a única parcela de brasileiros privada de exercitar um direito, um dever cívico assegurado a todo cidadão alfabetizado e maior de 18 anos", conforme foi ressaltada pela maioria dos depoimentos colhidos.

Todavia, apesar de ter sido constatada uma preocupação generalizada a propósito da viabilidade ou não de Brasília passar a contar com a sua própria representação política, foi possível detectar o temor de que os vícios da política do interior encontram também aqui campo fértil para a sua propaganda. Em meio aos temores de alguns e a loquacidade de outros, emergia o desejo de que, se um dia a possibilidade dessa representação se concretizar, os parlamentares do Distrito Federal estejam à altura da importância da Capital do País.

Levada ao Senado, essa enquete foi objeto de alguns

pareceres contrários à criação de uma representação política para a Capital principalmente entre os senadores mais antigos, que embora apresentassem argumentos diferentes, rechaçaram a idéia relançada pela Associação Comercial.

O vice - líder da Arena, Rui Santos, por exemplo, achou que a concessão desse direito aos cidadãos brasilienses "vai contra as tradições brasileiras". Seu colega Luiz Cavalcanti, da Arena de Alagoas, também foi contra, mas por outro motivo: disse ele que Brasília é o "centro das decisões nacionais que devem ser tomadas de cabeça fria, e que agir de cabeça quente é ligar velas na tempestade". Por sua vez, o senador Vasconcelos Torres, da Arena do Rio de Janeiro, achou que a idéia "não vai atender a interesse de minorias e não aos da cidade".

SUGESTÕES

Continuando o debate sobre a oportunidade de ser criada uma representação legislativa para o Distrito Federal, começaram a surgir fórmulas apontadas por parlamentares como "ideal" para a Capital. Uma dessas foi apresentada pelo deputado Augusto Trein, da Arena gaúcha, que propôs um desmembramento do DF em municípios: "as cidades - satélites passariam a ter autonomia, podendo eleger seus vereadores - explicou ele - mas o Plano Piloto continuará neutro, servindo de centro para as decisões nacionais".

O senador Otair Becker, membro da Comissão do Distrito Federal, disse, na ocasião da enquete, que "é mais do que justo que Brasília venha a ter uma representação legislativa própria, "em razão do extraordinário crescimento e da necessidade de uma ligação mais direta com a população".

Consultado, ainda o então presidente da Comissão do Distrito Federal, senador Meltor Dias, da Arena baiana, essa representação foi vista como "natural, dentro da sistemática política". Porém, ele ressaltou que uma Câmara de Vereadores é um projeto totalmente inadmissível", uma vez que o exemplo do antigo Distrito Federal não deve ser seguido".

Por sua vez, o senador Cattete Pinheiro afirmou que não existe nenhuma justificativa para a criação de uma Câmara legislativa de Brasília; no entanto, ele já considerava válida a tese de uma representação do Distrito Federal no Congresso Nacional.

"O que falta em Brasília - disse então - é a real manifestação de seus órgãos representantes tornando prática o que eu chamo de ação de pressão popular junto a seus representantes políticos".